

ENTREVISTA COM O PROF. JOSÉ PEREIRA DE QUEIROZ NETO*

Geosul: Você poderia começar nos falando onde nasceu, sua infância, família, etc.

Profº Queiroz: Eu sou José Pereira de Queiroz Neto, neto de meu avô Zézinho de Queiroz, filho de Manoel Elpídio e Maria Moraes Barros Pereira de Queiroz. Nasci na rua Bahia (antigo 104, atual 988), bairro do Pacaembu (a cinco minutos do estádio) no dia 15 de outubro de 1929, um ano antes da revolução de 30. Tenho duas ascendências com vários pontos comuns: os dois avós eram advogados, vindos de origem rural. Do lado de minha mãe a chegada ao Brasil seria mais antiga, com as primeiras famílias que vieram com Martim Afonso de Souza no século XVI: esse ramo passou pelo bandeirantismo, com toda a certeza, e é o responsável pelo ramo quatrocentão, como se diz comumente em São Paulo para as grandes famílias tradicionais. Do lado de meu pai a origem portuguesa é mais recente: chega ao Brasil o primeiro Pereira de Queiroz no século XVIII, sargento-mor enviado de Portugal para Jundiá. O curioso é que dois bisavós, xarás, Manoel Elpídio Pereira de Queiroz e Manoel de Moraes Barros (irmão de Prudente de Moraes e senador da República) participaram da convenção republicana de Itu, em 1870. O avô Zézinho cheguei a conhecer, tendo tido razoável convivência com ele: sua filha, minha tia Carlota Pereira de Queiroz, foi eleita Deputada Federal (a primeira mulher eleita no Brasil) para a Constituinte de 1934, mudando-se para o Rio de Janeiro com o pai (então aposentado do Banco do Estado de São Paulo), a mãe e o irmão mais moço; eu, como neto e sobrinho mais moço, ainda em idade pré-escolar, passei longas temporadas com eles, na rua Paiçandú, no Flamengo. Tia Carlota fora eleita na esteira da Revolução Constitucionalista de 32, dentro do anti-getulismo de boa parte da burguesia paulista. Nas minhas temporadas do Rio, eu cheguei a recusar assistir o desfile de 7 de setembro no palanque oficial, apenas porque Getúlio estaria presente. E, diariamente da janela do apartamento da rua Paiçandu, via passar o automóvel presidencial sem capota, com Getúlio no banco de trás, charuto na boca e ficava com

* Participaram dessa entrevista os Professores Luis F. Scheibe, Joel Pellerin, Neide O. de Almeida e Maria Dolores Buss

vontade de cuspir lá de cima prá ver se acertava nele (mas nunca tive coragem de fazê-lo). Assisti também correrias pelos choques entre os integralistas camisas verdes e anauês e os comunistas do PCB: por mais curiosidade que tivesse, não me deixavam sair na rua nesses dias. Com o golpe de 37, do Estado Novo, minhas temporadas infantis no Rio terminaram. Do avô Antonio Moraes Barros, vovô Nhonho não tenho lembrança, pos faleceu em 1931, quando tinha 2 anos. Mas ele acabou tendo grande influência indireta sobre minha carreira profissional. Com a perda das temporadas no Rio ganhei temporadas na fazenda de tia Bebê e tio Penteado, primeiro em Sertãozinho e depois, já na adolescência, em Coqueiro, perto do Amparo. Os dois tios, com seus nove filhos e uma altíssima sabedoria para lidar com crianças, transformavam as férias escolares em partidas de prazer: havia crianças para todas as idades e brinquedos e molecagens sem fim. Na colheita do café, vir da lavoura em cima dos sacos de café amontoados nos carroções puxados por burros, despejar os grãos no lavador (onde era proibido tomar banho, mas o fazíamos), ajudar a esparramar no terreiro para secar, amontoando todos os fins de dia debaixo de lonas, carregar o café seco nas vagonetas para despejar na tulha (e a gente ia junto lá prá baixo, apesar de outra proibição). A fazenda Antonina, em Sertãozinho, era maior e melhor aparelhada para isso do que a São José do Tanque, em Coqueiro, mas foi aqui, já na adolescência que, com certeza, nasceu minha vontade de estudar Agronomia: era a influência indireta de meu avô Nhonho, parente torto de tia Bebê; mas essa influência ainda iria se manifestar mais tarde.

Meu pai era totalmente urbano, o máximo que fazia era passar alguns dias em Campos do Jordão, no verão, para onde iam meus tios Mimi (Gastão Mesquita Filho, engenheiro) e Isa (irmã de minha mãe) com seus filhos, na casa construída na década de 20 pelo vovô Nhonho. Essas férias de verão, num ambiente muito bucólico e próximo do rural, naqueles tempos, duraram até a adolescência, sobretudo por causa do Carnaval. Mas o importante era levar uma vida que, a exemplo da Fazenda Antonina, nos deixava muito próximos da natureza: longos passeios a pé, subindo e descendo morros, chegando a dormir no mato para a grande aventura de ir a pé até o morro do Baú. Mamãe ficava em casa, com tia Isa, cuidando dos afazeres domésticos; papai, quando presente, saía a passear a cavalo conosco, tomar banho de cachoeira, muito raramente saía a pé.

Em São Paulo, morávamos numa espécie de limite da cidade: todo o vale do Pacaembu era um loteamento da Companhia City, sem

casas, com as nascentes do córrego num amplo anfiteatro onde foi construído o estádio. Ruas de terra, onde os raríssimos carros passavam levantando poeira. Lá prá baixo, ao longo do vale do rio Pinheiros, passava a Estrada da Boiada (hoje avenida Diógenes Ribeiro de Lima), que acabava desembocando nos matadouros do Anástacio e de Carapicuíba: não me lembro em que ano, houve um “estouro” de boiada por aqueles lados e magotes de boi passaram pela nossa rua Bahia, pela avenida Angélica vizinha e, reza a lenda, chegaram na Praça da Sé. Foi uma farrá, correr dos bois em plena cidade. Brincava-se na rua, de bolinha de gude, de futebol, de pegador, mesmo depois de asfaltada a rua e, então, com as calçadas arrumadas, jogava-se caixeta apostando figurinhas de jogador de futebol. A inauguração do Pacaembu, os jogos (o primeiro que assisti com meu padrinho corintiano foi um São Paulo x Corinthians, e veio daí minha simpatia pelo tricolor bandeirante (mais tarde, fortemente adicionado por simpatias pelo Santos do Rei e pelos times das cidades onde morei, o Nhô Quim, Quinze de Novembro de Piracicaba, e a Macaca, a Ponte Preta de Campinas). A simpatia pelo tricolor aumenta com a vinda do grande Diamante Negro, o excelso Leônidas da Silva, inventor da bicicleta (que eu vi, no Pacaembu), ídolo máximo da época.

Foi uma infância feliz e uma adolescência sem problemas... a não ser o fato de ser o caçula de uma família de 7 irmãos, com os dois mais velhos fortemente direcionados para a Faculdade de Direito (o mais velho, aliás, visto por mim como um herói pela sua participação na FEB), o que exercia uma certa pressão sobre mim. E a atração exercida pela existência tranquila, sem os atropelos da cidade (já naquela época!) e a sensação de liberdade da zona rural, era mais forte.

Lá pelos 16 anos surge novo polo de atração fora de São Paulo: é a última manifestação da influência indireta de meu avô materno, é uma longa história. Ela começa na década de 20, com a compra por um grupo inglês de cerca de 500.000 alqueires de terras no Norte do Paraná, e a criação da Companhia de Terras Norte do Paraná. Meu avô Nhonho foi um dos advogados consultores do grupo inglês e meu tio Mimi acompanhou de perto a instalação e início da colonização do noroeste do Paraná pela Companhia. Durante a segunda guerra mundial, os ingleses vendem o acervo da Companhia de Terras para um grupo brasileiro, liderado por dois Gastões: o Gastão Mesquita e o Gastão Vidigal; Diretor Presidente do Banco Mercantil de São Paulo. É a partir dessa negociação que começam minhas relações com o Norte do Paraná.

Geosul: nesse meio tempo você já tinha feito a Universidade?

Profº Queiroz: Não: essa história da Companhia de Terras passa-se muito perto de nós, sobrinhos de tio Mimi, é quase um negócio de família (onde meu pai não entrou por não acreditar). A novidade da frente pioneira, é que as velhas atividades conhecidas das fazendas de café são agora adicionadas da derrubada das matas; a efervescência em Londrina e, mais ainda, em Maringá recém inaugurada, os cavaleiros que iam e vinham, os poucos jipes circulando na lama e na poeira vermelha, os bares repletos, a zona próspera com seus cabarés e bordeis; criavam a atmosfera da Aventura (um pouco como se percebe em alguns filmes de caubóis). A atração era muito forte. Criava um conflito dentro de mim: largava tudo e ia prá lá ou seguia o caminho seguro dos estudos.

Eu tinha de cumprir minhas obrigações militares: nessa época quase todos eram chamados para o serviço. Fiz minha transferência para Piracicaba para terminar o colegial e, fixando residência, talvez ser apenas convocado para o Tiro de Guerra, uma moleza que se fazia de noite, aos sábados e domingos. E só tomaria uma decisão definitiva sobre meu futuro após o ano de Serviço; tinha um convite para ser chofer de caminhão para um amigo, fazendo transporte lá no Paraná (era a realização de um sonho: andar de lá prá cá sem horário e sem patrão mas, sobretudo, fixar-me naquele Eldorado). A única, e poderosa interferência de meu pai e minha mãe fora chamar a atenção para o fato de que um diploma constituia um ganho para o futuro e que o sonho do Paraná seria realizado depois. De qualquer maneira, a espera pela convocação para o Serviço Militar acarretava um ano de espera em Piracicaba. Resolvi fazer o vestibular na Agronomia, com sucesso. E, aí, veio a dispensa por excesso de contingente, mas eu já havia engrenado na vida estudantil piracicabana. Era uma farra muito grande, 200 estudantes numa cidade pequena, todos casadoiros (naquele tempo, um diploma tinha mais valor que hoje).

Geosul: Como é que foi o vestibular? Como era a Faculdade?

Profº Queiroz: O vestibular era preparado pela Escola, com Química, Física e Matemática; História Natural havia sido abolida. Havia exame escrito e oral.

Geosul: E a quantidade de candidatos?

Profº Queiroz: Eram poucos, relativamente. Havia 50 vagas, que nunca eram preenchidas com exames de 1ª, 2ª e 3ª épocas. O exame era de habilitação, reprovava sem necessidade de preencher as vagas. Nas três épocas, entraram cerca de 35 estudantes. O Centro Acadêmico

organizava um cursinho durante as férias de dezembro e janeiro, o vestibular passava-se em fevereiro (no meu ano, imediatamente antes do carnaval, que já brinquei de cabeça raspada). No cursinho tivemos um repetidor de Matemática muito bom, o Ito Teixeira Mendes, que foi de grande valia para a disciplina mortal de Matemática do 1º ano.

Geosul: Tinha mulheres no curso?

Profº Queiroz: Pouquíssimas, a turma que teve mais mulheres foi a minha, com 4 formandas em 1952. Aliás, entramos 35 e formamos 52, a maior turma até aquele tempo. Havia 3 matérias terrorisantes no 1º ano: Física, Química e Matemática. Raramente alguém passava nas três e era bastante comum repetir duas; como havia o sistema de dependência, o estudante passava para o 2º ano (o curso era seriado) dependendo as que fora reprovado. Se fosse novamente reprovado, não podia passar para o 3º ano. Eu tive sorte, pois fui reprovado somente em Química e, no ano seguinte, consegui livrá-la. O aumento da turma, de 35 para 52 na formatura, foi devido à repescagem de alguns colegas dependentes.

Geosul: Era um sistema de internato?

Profº Queiroz: Não, morava-se em pensões ou em repúblicas. O alojamento que existe hoje foi construído logo depois de minha saída.

Geosul: Tinha campo experimental na Escola?

Profº Queiroz: Sim, porque a Escola possuía uma área de 700 alqueires; fora uma antiga fazenda, Fazenda São João, de propriedade de Luiz de Queiroz (que não era parente) doada ao Estado para a instalação de uma Escola de Agricultura, o que foi feito do final para o início deste século. Ela se especialisara em café e gado, posteriormente em cana-de-açúcar e indústria correspondente, entrando mais tarde em outros campos. No meu tempo era um dos principais centros de Genética do Brasil.

Geosul: Você entrou no curso por causa do café?

Profº Queiroz: Não, como já disse, foi boa parte da infância e adolescência em contacto com o café; foi a descoberta do Norte do Paraná, com suas terras roxas. Mas, ao me formar, tive alguma hesitação. Um conhecido teve a intensão de instalar uma fábrica de sacaria de juta, em Manaus, e me fez uma proposta bastante atraente: ir para a Índia por um ano ou dois, estudar e aprender tudo sobre juta, do cultivo à industrialização. Pensei na época: se for prá Índia, vou querer conhecer o país e a estadia de estudos vai pro brejo; e eu perco a

oportunidade de ir para o Paraná, com convite de meu tio Mimi para trabalhar na Companhia de Terras. E então decidi pelo café.

Geosul: Como é que foi essa temporada no Paraná? O que você fez mais?

Prof^o Queiroz: Fui contratado pela Companhia de Terras, que até então só vendera lotes e projetava cidades, e que resolvera montar um programa de instalação de fazendas de gado e de café. Eu fui contratado para cuidar justamente da parte do café, que começava de modo bastante tímido em comparação com a imensidão de terras que eles possuíam. O Setor Agrícola da Companhia passou a contar com dois agrônomos efetivos, o Anibal Bianchini da Rocha, chefe do setor, e eu; ele supervisionava tudo, mas dava maior atenção para a questão da arborização de Maringá e das outras cidades, além de dirigir o Horto Florestal da cidade.

Eu tinha uma experiência bastante razoável, porque durante todo o tempo da Agronomia eu mantive um contacto bastante grande com a região: durante as férias escolares ia prá lá levando carros novos (não tinha os cegonheiros de agora), guiava caminhões, meu velho sonho, via e ouvia tudo o que se passava em volta. Conhecia o sistema de trabalho para a derrubada da mata e plantio de café. A derrubada, como não havia motosserra, era feita na foice e no machado: primeiro a limpeza do subosque, com foice, depois a derrubada das árvores no machado. O contrato para a derrubada era feito com um empreiteiro, o “gato”, que contratava o pessoal e fornecia ou o terreno “limpo”, simplesmente queimado, ou já coveado e semeado com café; o contrato era feito, no primeiro caso, por alqueire e, no segundo, por “mil pés” de café. Era também comum o empreiteiro contratar o trato da lavoura até sua formação, isto é, por 4 anos. Quando fui trabalhar na Companhia para plantar café, adotei o sistema de empreitadas múltiplas: derrubada e queimada, plantio e trato para formação, em 4 anos. Foi o modo que me permitiu estabelecer o melhor controle possível sobre o trabalho realizado, sobretudo das condições de vida dos braçais. Mas era bastante complicado: eu não tinha condições para substituir o “gato”, evitando um intermediário. Tratava-se de mão-de-obra volante e sazonal, que na grande maioria das vezes vinha diretamente do nordeste de caminhão, apenas para a temporada de derrubada, que ia de abril/maio a setembro/outubro, estação mais seca. Vinha em caminhão do empreiteiro e voltava do jeito que pudesse, geralmente de trem. Mas foi possível controlar a cozinha do acampamento, de modo a evitar o tradicional avanço de mantimentos a ser descontado no fim do serviço

(que acarretava dívidas eternas do pessoal com o empreiteiro); tinha que controlar, também, a queimada (que tinha de ser feita no fim do dia, se possível após uma chuvinha) e, posteriormente, o coveamento e o plantio do café. Como bom noviço recém saído do forno, seguia as instruções do Instituto Agrônomo de Campinas com respeito ao espaçamento, número de sementes por cova e, sobretudo, sementes selecionadas. Estas eu mesmo ia comprar em São Paulo, junto a certos fornecedores. Depois de plantado, começava a etapa mais longa: a formação do cafezal, que durava 4 anos, tempo necessário para iniciar a produção plena (havia uma safrinha no 3º ano, porém pequena). Em geral, era a última empreitada: contratava-se uma família, marido, mulher e filhos, a tantos mil pés por cabeça de adulto, metade pelas crianças. Recebiam uma pequena quantia anual e tinham direito de fazer culturas intercalares nas ruas do café: no primeiro ano milho, no segundo arroz ou milho, no terceiro feijão e no quarto ano, da primeira safra, feijão ou nada. Todo o café produzido até o 4º ano inclusive era da família empreiteira: era nisso que eles apostavam para receber um dinheirinho que possibilitasse dar de entrada para a compra de um lote de terra. Essa situação, já de si complicada, era enormemente agravada com a geada: o colono não tinha garantia nenhuma sobre o produto de seu trabalho, pois a geada atrasava pelo menos 1 ano a primeira colheita e seu contrato raramente previa isso. Era uma loteria que ficava na mão de São Padre e na eventualidade de algum patrão mais compreensivo (fazia pensar na lenda do bom dono de escravos).

Era nesse sistema que eu trabalhava, como uma espécie de capataz: tinha que responder perante o patrão (que felizmente se enquadrava na categoria do bom patrão) mas acompanhava todas as angústias dos colonos. Em relação à empreitada para a derrubada e plantio da lavoura, havia encontrado uma solução não muito ruim: controlar os gastos com a cozinha e, sobretudo, o pagamento efetivo do trabalho dos mateiros. Isso me obrigava (o que não era desagradável, ao contrário) a ter um contato permanente com o serviço, inclusive passando alguns dias no acampamento com o pessoal, comprando mantimento e, sobretudo o que não era raro, atendendo doenças e acidentes. O problema maior começava com as empreitadas de 4 anos, com os colonos. Vinham quase sempre das zonas secas do Nordeste, com hábitos de trabalho bastante diferentes aos quais tive que compreender e me adaptar; mas era preciso encontrar formas de garantir seu trabalho, melhorar as condições de vida no dia a dia. A Companhia de Terras (que passou a chamar-se COMPANHIA

MELHORAMENTOS NORTE DO PARANÁ) pelo seu poder e influência, precisava dar o “bom exemplo”: nas suas fazendas, construía casas de 5 a 6 cômodos (abrigava uma família de 5 a 6 pessoas), de táboas matajuntadas, como normalmente era feito na época, fornecia um pedaço de terra fora da plantação de café, para plantio de grãos ou para criação de animais, enfim, era o mínimo. A partir daí, procurava atuar da melhor forma possível para diminuir os riscos e aumentar a chance de sucesso pelos colonos: era uma espécie de trabalho de assistência técnica, mas que também incluía a assistência médica (fui chamado até para intervir em parto, o que não fiz por não ter coragem). E, então, vinha a geada. Na primeira vez, ainda pude tentar salvar o que podia em termos de contrato com os colonos: estender por mais um ano os contratos, aumentar a área de lavoura solteira. Mas não dava para ir muito longe. Já na segunda geada, a maior, em 1954 ou 55, foi desastroso: meu relacionamento paternalista com os colonos me colocara numa posição incômoda. Como já havia conseguido certas condições para diminuir o prejuízo deles, na primeira geada, vários me procuraram, para desistir dos contratos, explicitamente para não trazer problemas para mim. Foi um desastre na minha cabeça: a constatação que meu relacionamento paternalista não levava a lugar nenhum.

É curioso pensar que tudo isso, para a Companhia, representava muito pouco, uma gota d'água. Seu negócio era a venda de terras, em pequenos lotes (média de 5 ou 7 alqueires) rurais e, sobretudo, nas zonas urbanas. As vendas eram feitas à prestação, muito inteligentemente em 4 anos: o cidadão dava uma pequena entrada, e pagava anuidades crescentes do 1º ao 4º ano, em quantias relativamente pequenas; o grosso era pago no 4º ano, quando vinha a primeira colheita do café. Na imensidão de terras que eram vendidas, aquelas poucas fazendas não representavam grande coisa mas, eram meu universo.

Geosul: Quando tivestes os primeiros conflitos com a Companhia e tudo o mais, para onde foi?

Profº Queiroz: Os conflitos com a Companhia não eram claros, primeiro porque aquilo devia pesar muito pouco e, segundo, porque o seu Diretor era meu tio Mimi. Cunhado de minha mãe. De modo geral, eles aceitavam minhas propostas (falo eles porque, evidentemente, havia outros diretores além do diretor presidente), porém não comungavam com minhas idéias políticas. Desde Piracicaba, tive contatos com as esquerdas, participando de alguns movimentos de

recuperação e fortalecimento de atividades culturais populares, folclóricas. Depois, no Paraná, esses contatos se mantêm, com pessoal ligado ao então Partido Socialista local e com enviados do PCB, que vinham em apoio a movimentos e conflitos de terras. Lá no Nordeste já começavam os movimentos que desembocaram nas Ligas Camponesas, e no Noroeste do Paraná vieram até algumas lideranças daqueles movimentos. Isso, junto com as campanhas do “**PETROLÉO É NOSSO**”, o apelo de paz de Estocolmo, as campanhas pelas eleições e o grupo da **PANELA VAZIA**, o quererismo (**QUEREMOS GETÚLIO**), a campanha da oposição a **GETÚLIO** pelo **CARLOS LACERDA** e a extrema direita que acabaram com seu suicídio, foi uma época bastante movimentada e participativa. Assim, os conflitos não eram tanto com a Companhia (que no seu conservadorismo me via como “comunista”), mas inscreviam-se num quadro mais geral. A segunda geada que passei foi uma espécie de gota d’água prá me decidir a sair de lá: mas sair prá fazer o quê? Foi num desses momentos que li uma pequena nota no Estadão (era o mês de maio de 1955) que achavam-se abertas, até 31 do mês, as inscrições para bolsas de estudos na França. Peguei o Jipe de serviço e toquei-me para São Paulo indo direto ao Consulado Francês: o Adido Cultural ficou surpreso, era o segundo agrônomo que solicitava (em São Paulo) uma bolsa e pediu-me para voltar no dia seguinte, para reunir material a respeito de minhas intensões e das possibilidades de realização naquele país. Nesse meio tempo fui a Piracicaba, conversar com professores e, principalmente, com seu Diretor, o Melinho (**MELO MORAES**), único agrônomo que chegou a Reitor da USP): este não só apoiou entusiasticamente, como deu uma carta de apresentação de grande valia. Com ele era possível colocar minhas dúvidas, tanto profissionais como políticas: o “saber” acadêmico esbarrava na prática dos agricultores, na falta de conhecimento da sociedade, enfim, tinha a impressão que iria me esclerosar muito rapidamente. Com tudo isso, e as informações conseguidas pelo Adido Cultural, montei minha proposta de programa para uma bolsa de estudos de 1 ano, tendo escolhido **RENNES** como locus de sua realização.

Voltei ao Paraná sem contar a ninguém, por não ter nenhuma certeza de conseguir a bolsa de estudos. Mas, em agosto, recebi a comunicação que minha candidatura tinha sido aceita e que eu tinha que estar em **RENNES**, na Escola de Agricultura e na Faculdade de Ciências em outubro para o começo das aulas. Naquele tempo não se falava em pós-graduação, Mestrado ou Doutorado, já que isso não

existia no Brasil; pesquisa, para a grande maioria dos estudantes, era algo intangível e nebuloso: na França tampouco havia isso, somente eles recebiam inscrição para dois tipos de Doutorado, o dito de Universidade e o de Estado (mais difícil e de mais prestígio). Mas eu não sabia nada disso: minha preocupação era voltar a estudar, num país estranho.

Geosul: Na sua formação, você tinha tido Francês?

Profº Queiroz: Sim, desde o primário, mas eu tive além disso uma situação particular, porque o francês na minha casa era um idioma familiar, devido a clientes de meu pai e a uma babá, pelo que me dizem meus irmãos, que era francesa. Assim, quando fui prá lá, acabei me entrosando com bastante rapidez, tendo que pegar apenas o hábito da conversação.

Geosul: Para acelerar, quanto tempo você passa na França?

Profº Queiroz: É, demorei mais na parte inicial porque me parece a mais curiosa, o restante sendo bastante linear e monótono.

Geosul: É que a gente quer pegar tua passagem da Agronomia para a Geografia.

Profº Queiroz: Fui prá França e passei três anos, o primeiro em Rennes e os dois outros em Paris, indo estudar **PEDOLOGIA** na **ORSTOM**, sob a direção de meu mestre **GEORGES AUBERT**. Casei-me com uma parisiense e volto ao Brasil, com duas ofertas de trabalho: na Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz, em Piracicaba, e no Serviço Nacional de Solos do Ministério da Agricultura. Mas em nenhum deles era emprego imediato, e eu precisava dele prá viver. Aí, um colega me aconselha ir procurar o Instituto Agronômico de Campinas que, na parte de solos, não tinha grande reputação. Mas também isso não parecia simples.

Geosul: Precisava ser convidado por alguém?

Profº Queiroz: É, precisava; no caso de Piracicaba, o convite eu tinha, mas não tinha vaga, precisava arranjar bolsa (CAPES e CNPq eram entidades muito novas, ainda, em 1958), que demorava a conseguir. Acabei mesmo resolvendo pelo Agronômico, através de um amigo e colega que conhecia o diretor de então, o **PAIVA NETTO**: uma telefonada bastou prá marcar um encontro e o contrato foi imediato. Comecei a trabalhar logo em novembro, mês e meio depois de ter retornado ao Brasil. E tive sorte de encontrar um Chefe de Seção extremamente humano e colaborador, o **ALCYR (ALCYR CESAR**

DO NASCIMENTO) e colegas que se transformaram em amigos, como **CHIQUITO (FRANCISCO) GROHMANN**.

Minha passagem para a Geografia começa em 1962, quando recebi um convite de **PIERRE MONBEIG**, diretor do **INSTITUT DES HAUTES ETUDES POUR L'AMERIQUE LATINE**, para fazer um curso especial sobre as Américas Latinas. **MONBEIG** era uma pessoa fascinante, um Professor extraordinário, e segui seu curso de **GEOGRAFIA AGRÁRIA DAS REGIÕES TROPICAIS**, no Instituto de Geografia, meu primeiro contato real com uma disciplina geográfica. Além disso, tive como colega **LUIZ DE MELO RODRIGUES**, Professor do Departamento de Geografia da USP, que me iniciou nos mistérios dessa disciplina. Quando voltei ao Brasil, para Campinas, recebo no ano seguinte, em 1963, um convite para participar de uma pesquisa multidisciplinar sobre a **BAIXADA SANTISTA**, do **DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA** da USP, sob a coordenação geral de **AROLDO DE AZEVEDO**, quando conheci a maioria dos futuros colegas. Em seguida, sempre tendo como intermediário o **LUIZ MELO**, recebo convite para assegurar o curso **CONSERVAÇÃO DOS RECURSOS NATURAIS**, criado por **AROLDO DE AZEVEDO** e que tinha já contado com a participação de personalidades como **LABORIAU** e **PAULO VANZOLINI**. Ao convite eu retruquei: “mas eu nunca dei aula na vida! nem sei o que é **CONSERVAÇÃO DOS RECURSOS NATURAIS**”. **LUIZ MELO** argumentou: “você não trabalha com solos e conservação? comece por aí”. Aceitar foi uma temeridade (como dizia um contínuo do escritório de meu avô, “temeridade sem fundamento”) e, assim, eu dei um semestre em 1963. Gostei: tive 12 alunos excelentes, repeti a dose no ano seguinte com 3 alunos, excepcionais. Só voltei a dar aulas em 1966.

Geosul: Nesse período você ainda estava no Instituto Agrônômico?

Profº Queiroz: Sim, legalmente estava acumulando, por período não maior do que 2 anos. Finalmente, acabei sendo convidado para transferir-me definitivamente para a Geografia em 1967, quando o chefe ainda era o **AROLDO DE AZEVEDO**:

Geosul: Qual era o conflito em Campinas, que fez com que você não continuasse?

Profº Queiroz: O golpe de 64 foi o motivo principal. Há um fato anedótico que retratava a situação: com alguns companheiros, havíamos encontrado um ucraniano disposto a nos ensinar russo, antes

do golpe. O aprendizado não teve sequência porque o professor sumiu e alguns de nós também andaram se escondendo. Campinas ainda não era o que é hoje, e tudo o que se fazia, se sabia. Houve uma pequena debandada da esquerda, inclusive de pessoas ligadas ao PCB. Não se sabia muito o que fazer, uns querendo passar a uma ação qualquer, principalmente companheiros ligados à cúria. Nessa atmosfera, ir para São Paulo parecia significar uma possibilidade de atuação num centro maior, inclusive porque já tinha alguns contatos, incluindo estudantes da própria USP. Somava-se a isso a experiência nova de ensino, dentro de um quadro muito fascinante para mim: a Geografia abria horizontes, era o complemento que faltava na minha formação de agrônomo. Havia, além disso, outro desafio: **AZIZ AB'SABER** havia sugerido que eu instalasse no Instituto de Geografia o Laboratório de Geomorfologia e Pedologia, mais tarde desdobrado.

Geosul: Quando tu fostes para São Paulo, nessa época, já fostes meio como dono de uma cadeira, isso era importante?

Profº Queiroz: Ah, sim, fui como Professor Colaborador, ao nível então de catedrático, mesmo sem ter nenhuma titulação. Era importante, porque me dava a impressão de ter uma certa cobertura, tanto científica como política. Mas o mais importante, o que ficou, foi o aprendizado do ensino, foi muito gratificante aprender a me relacionar com os estudantes e, sobretudo, entrar um pouco no aprendizado da própria Geografia. Avançando o sinal, isso foi de tal modo importante que mais tarde, já na década de 80, propus montar um novo currículo para a Agronomia, em Ilha Solteira da UNESP: incluiria disciplinas de Geografia, tanto da Física quanto da Humana. Na época os estudantes de lá haviam topado discutir a questão, mas esbarrava no corpo docente.

Geosul: Quando tu entras na USP, entras com alguma titulação, com formação de Mestre?

Profº Queiroz: Existia, oficialmente, um curso de pós-graduação, mas era extremamente mal definido: inscrevia-se diretamente no Doutorado, que não tinha prazo para terminar. Na Geografia haviam sido montadas algumas disciplinas e quem as acompanhasse podia receber uma espécie de atestado de Pós-graduação. Eu entrei na USP, realmente, sem nenhum título de Pós-graduação: tudo o que fizera na França não dava título, a não ser o de Pedólogo pela ORSTOM. Meu Doutorado fui fazer em 1969, ainda na Agronomia.

Geosul: No regime antigo, podia fazer o Doutorado sem ter o Mestrado?

Profº Queiroz: Exatamente. Eu apresentei-me para o Doutorado em Piracicaba, na Agronomia, porque estava inscrito desde 1965 lá. Eu trabalhava com orientação à distância de GEORGES AUBERT, na França, quando me inscrevi. Como não havia prazo, fui terminando aos poucos a tese, até que veio 1968. Foi um ano complicado, difícil, começando com o problema dos excedentes do vestibular, estudantes aprovados que não tinham vaga na USP. O primeiro semestre foi muito agitado, com manifestações de rua que acabaram desembocando em manifestações políticas contra o regime militar. Conspirava-se, pelo menos era o que nós sentíamos, em todos os cantos da Universidade (e tínhamos a impressão de que era o início da derrubada da ditadura). A Faculdade de Filosofia, na rua Maria Antonia, foi tomada pelos estudantes e professores, foi organizada a **COMISSÃO PARITÁRIA DA FILOSOFIA**, na qual fui representante da Geografia junto com **PASQUALE PETRONE**; sentávamos com **ANTONIO CANDIDO**, representante das Letras e presidente da **PARITÁRIA**. Houve um fato inédito: a Congregação da Faculdade acabou reconhecendo a **PARITÁRIA**, e nós fomos designados oficialmente para compô-la! Tentamos criar uma **ASSOCIAÇÃO DE DOCENTES**, cujo primeiro Presidente, se não me falha a memória, foi o **GOFREDO DA SILVA TELLES**; a Associação morreu quase no nascedouro, bem antes do final do ano. A **PARITÁRIA** da Filosofia virou uma espécie de centro nervoso da USP: procuramos estender a idéia a todas as outras unidades, tanto de São Paulo quanto do interior e o **CANDIDO** foi incansável nessa tarefa. Iniciamos um processo de discussão para propor as bases de uma reforma universitária e era importante receber contribuição das outras unidades: meus arquivos implacáveis guardam ainda boa parte dos documentos produzidos. Mas, com o passar do tempo, a situação ia ficando mais quente, com ameaças da polícia de invasão da Maria Antonia para desalojar-nos, além da ocupação do **CRUSP**, o conjunto residencial estudantil da Cidade Universitária. As duas coisas aconteceram, em momentos diferentes: a Maria Antonia foi ocupada, após uma batalha campal com a polícia e estudantes do **MACKENZIE**, que fica do outro lado da rua, no início de outubro; o **CRUSP** foi ocupado pelo Exército entre Natal e Ano Bom, portanto depois do **AI-5**. Aqui foram presos cerca de 800 estudantes. Nesse meio tempo, havia recebido a oferta de **PIERRE MONBEIG**, então na Presidência do Comitê de Geografia do **CNRS**, de ir para a França usufruir de um contrato de pesquisador do **CNRS**, durante 8 meses. Com a situação ficando mais quente, acabei aceitando mas coloquei-me

um prazo para terminar e apresentar meu Doutorado, o que fiz em final de junho de 69, embarcando logo a seguir para a França.

Geosul: Só prá gente se situar, na tua viagem de final de curso fostes para os Estados Unidos?

Profº Queiroz: Foi em julho/agosto de 1952, em pleno verão americano, um calor sufocante. Saimos de Miami, fomos a Washington, Nova Iorque, Chicago, Nova Orleans e voltamos a Miami, durante cerca de 50 dias. Vimos coisas interessantes, como a Estação Experimental de Beltysville, a comercialização e industrialização da carne em Chicago. Para nós, na época, foi impressionante observar uma agricultura muito organizada, de elevada produtividade e mecanizada. Tivemos surpresas, como em Orlando, na Flórida, visitando uma Estação Experimental de Citrus e algumas propriedades agrícolas: as variedades eram oriundas do Brasil, mais especificamente do Instituto Agronômico de Campinas. Este já era um centro de pesquisas muito avançado em citricultura, graças ao trabalho do **SILVIO MOREIRA**; o orgulho nacional subiu às alturas, percebendo que em pesquisa não estávamos tão atrasados assim.

Geosul: Nesses contatos com o exterior, como repercutiu dentro do Departamento, se houve alguma experiência que a gente possa relatar.

Profº Queiroz: Voltando à oferta de um contrato com o CNRS, na França, eu tinha uma preocupação: o que seria possível fazer para tentar impulsionar as pesquisas geomorfológicas no Departamento? A França estava mais ao alcance da mão, pelas raízes históricas do Departamento e por **PIERRE MONBEIG**, um de seus criadores, estar na Presidência do Comitê de Geografia do CNRS. O convite que ele me fez, naquele momento, caía como mosca no mel (além de resolver meu problema pessoal do lado político): entrei em contato com o Professor **ANDRÉ JOURNAUX**, diretor do **CENTRE DE GÉOMORPHOLOGIE-CNRS**, em Caen, para ver a possibilidade de realizar um estágio lá, usufruindo o contrato oferecido por **MONBEIG**. Fui prontamente atendido e os detalhes foram acertados, por carta, com o Diretor Adjunto **JOËL PELLERIN**, hoje na UFSC. Tudo certo, meu problema era terminar e apresentar o Doutorado e embarcar rapidamente para a França, já que corriam boatos que talvez tivesse problemas com a polícia política. Assim foi feito, e em julho cheguei na França, sendo fidalgamente recebido pelo **JOËL**.

O trabalho feito pelos pesquisadores do **CENTRE DE GÉOMORPHOLOGIE** me impressionou muito: eles tinham um

programa de elaboração sistemática de cartas geomorfológicas na escala 1:50.000, cada carta sendo acompanhada de outra de Formações Superficiais, na mesma escala. Era esta a novidade, para mim, pois representava de certa forma o casamento entre os materiais de recobrimento da crosta, incluindo os solos, com as formas de relevo. E a percepção nova, prá mim, que esse era o caminho para interpretar a gênese e dinâmica das paisagens naturais, até mesmo humanizadas, pois as duas cartas podiam representar os principais processos da dinâmica atual. O **CENTRE DE GÉOMORPHOLOGIE** era extremamente bem equipado, na época, com laboratórios de análise de rochas, sedimentos e solos, laboratórios de experimentação sobretudo sobre ação do frio e gelo, um grande "hall" com um canal para experimentos de hidrologia e, como grande curiosidade, um galpão fechado hermeticamente, com temperatura e umidade controlados, onde havia um trecho de pista asfaltada simulando piso de estrada, submetida a temperaturas extremas e com um caminhão rodando sem parar. Mais tarde, esse galpão foi adaptado para pesquisar a ação de temperaturas muito baixas sobre oleodutos, simbolizando as condições do Alasca. É evidente que essas pesquisas e experimentações eram financiadas por diferentes organismos.

Com alguns meses de trabalho, lá, surgiu a idéia: como levar esse povo para o Brasil e aproveitar sua experiência e competência? A oportunidade surgiu em 1971, após meu retorno da França no ano anterior: trouxera **ANDRÉ JOURNAUX** para uma missão de duas semanas em São Paulo, coincidindo com uma estadia de **PIERRE MONBEIG**; o diretor do Departamento de Geografia era o **ARAUJO (JOSÉ RIBEIRO DE ARAUJO FILHO)** e o Diretor do Instituto de Geografia o **AZIZ AB'SABER**. Foi estabelecido um convênio com o **CENTRE DE GÉOMORPHOLOGIE**, pelo qual obrigava-se a realizar durante 5 anos um trabalho coletivo de mapeamento geomorfológico no Brasil, com a vinda de pesquisadores franceses, ao mesmo tempo que eles se comprometiam a receber nossos pesquisadores (na maioria estudantes) para estágios. O apoio logístico foi obtido através do Serviço de Cooperação Técnico-Científica da França e da FAPESP e CNPq do Brasil. Esse convênio teve sucesso, resultando em 1978 na realização de um Colóquio Interdisciplinar Franco-Brasileiro, em São Paulo e Minas Gerais, com a vinda de pesquisadores europeus, africanos e latino-americanos. Foi possível mostrar como adaptar para as condições tropicais o modo de trabalho e de representação cartográfica empregados nos países de clima temperado. Porém, o que

para mim era mais importante, foi possível montar um esquema de especialização e aperfeiçoamento de pesquisadores nacionais numa área onde éramos bastante carentes. Passaram por esse processo, entre outros, o **PAULO NAKASHIMA**, que está na UE Maringá, o **HEINZ CHARLES KOHLER**, da UFMG, a **ROSELY PACHECO DIAS FERREIRA** e a **SELMA SIMÕES DE CASTRO**, do Departamento de Geografia da USP.

O Colóquio de 1978 encerrava uma etapa de pesquisas em colaboração e abria um novo ciclo. O Centre de Géomorphologie iria passar, no início da década seguinte, por várias transformações, sobretudo com a aposentadoria de **ANDRÉ JOURNAUX**. Mas, em 1979, foi possível trazer o **ALAIN RUELLAN**, de comum acordo com **JOURNAUX**, para estudar a possibilidade de montar novo programa de pesquisas envolvendo a Pedologia, já que **RUELLAN** era Professor de Pedologia na Escola de Agricultura de Rennes. É curioso como o mundo dá voltas: em 1955 eu fui estagiar na França, na Escola de Agricultura de Rennes; mal poderia saber que 25 anos depois voltaria a estabelecer relações formais com aquela Escola! Um novo Convênio foi estabelecido, desta vez sob o guarda-chuva do acordo franco-brasileiro **CAPES-COFECUB**, mais uma vez com o apoio financeiro da FAPESP e do CNPq: envolvia a Geografia da USP, a Ecole Nationale Supérieure Agronomique de Rennes e o Centre de Géomorphologie de Caen, abrindo-se também à participação de outros centros, como, durante pouco tempo, o Laboratoire de Géologie du Quaternaire, de Marselha e, com maior repercussão, o Centro **ORSTOM** de Caiena na Guiana Francesa.

Esse novo convênio introduziu no Brasil o procedimento de trabalho da Análise Estrutural da Cobertura Pedológica que havia sido proposto por **RENÉ BOULET** e seu sucesso deveu-se, em grande parte, ao fato de que o programa foi vinculado à Pós-Graduação do Departamento de Geografia da USP: todos os anos haveria um curso teórico seguido de um estágio de campo para aplicação prática do procedimento da Análise Estrutural. **JOËL PELLÉRIN** continuou a participar, além de **RUELLAN** e **BOULET**, monitorando o trabalho de campo. Cada pesquisa iniciada teria continuidade com uma dissertação de Mestrado ou tese de Doutorado: passaram por esse sistema o **OMAR**, a **SELMA**, a **CIDA SANTANA**, o **ATTILA**, a **SÍLVIA**, a **SONIA**, o **XIMENES**, o **MANÉ** (tenho medo de esquecer alguém). Durante todo o tempo de duração do Convênio foi possível incorporar

várias Instituições brasileiras, onde foram realizados cursos e iniciadas pesquisas: UF Uberlândia, UF da Bahia, UF de Santa Catarina, UNICAMP, IPT, Instituto Agronômico de Campinas.

Sob o ponto de vista da pesquisa, o novo programa representou um avanço em relação ao anterior, pois a Análise Estrutural permitia trabalhar de modo mais correto a questão das formações superficiais e dos solos. Alguns problemas foram solucionados e outros levantados: percebeu-se que, de modo generalizado, os solos provem da alteração do substrato geológico, eliminando a figura dos coluviões e grande parte dos depósitos correlativos de superfícies de erosão cenozóicas. No entanto, abre a questão da interpretação da evolução das vertentes e da presença de testemunhos de eventuais superfícies de erosão. Essas questões em aberto vem sendo estudadas e, provavelmente em futuro próximo, teremos novidades a respeito.

Todo esse programa, iniciado há quase 25 anos atrás, mostra também uma faceta importante do processo da Pós-graduação no Brasil. Na década de 50, com a criação da CAPES, inicia-se de modo sistemático a formação e aperfeiçoamento dos pesquisadores brasileiros. De início, e durante um período bastante longo, jovens pesquisadores eram enviados para o exterior, em busca de seu aperfeiçoamento e especialização. Sobretudo a partir da década de 70, a instalação no Brasil dos cursos de pós-graduação modifica o sentido do fluxo: parte dos jovens passa a ser enviada aos centros nacionais. Estes, paralelamente, se equipam para atender suas pesquisas e receber os pós-graduandos. Nosso programa iniciado no início da década de 70, passa também por essas fases: de início, a capacitação era buscada no exterior e também com a vinda de pesquisadores estrangeiros, que vinham fornecer cursos de pós-graduação. Hoje em dia, já há grande autonomia, de modo que a colaboração externa funciona como um reforço aos programas que podem ser desenvolvidos aqui. O sentido do fluxo, novamente, se modifica e a ida ao exterior passa a ser efetuada para responder a questões muito específicas da pesquisa, da mesma forma que a vinda de pesquisadores, que passam a ser requeridos também para responder a questões específicas. De uma condição quase de subordinação passa-se à de efetiva colaboração.

Geosul: E em relação à AGB, como eram teus contatos e também quando fostes Diretor do Instituto de Geografia.

Profº Queiroz: Com a AGB deu-se um fato curioso. Quando estava no Agronômico de Campinas, o contato não existia. Quando passei para a Universidade, dispunha praticamente só dos meses de férias para os

trabalhos de campo: as reuniões da AGB, da mesma forma que de muitas outras associações, são realizadas em julho, justamente nas férias escolares. Isso fez com que eu quase nunca participasse delas, só mais recentemente foi possível tentar conciliar essas cousas. Porém, por estar junto à sede da AGB-São Paulo, tenho a impressão que tive uma razoável participação em suas atividades, como cursos, mesas redondas, debates, ou mesmo em grupos de trabalho. É verdade que nunca participei diretamente da Diretoria, talvez porque nunca entrei em conflito com as que se sucederam ou nunca tenha apresentado (e representado) alguma idéia inovadora. Não sei, mas acho que minha participação foi como uma espécie de linha auxiliar, tendo no entanto acompanhado sua evolução e transformação. A situação curiosa deu-se em relação à minha condição de sócio: anteriormente, havia duas condições de sócio e a mais importante, a de sócio efetivo, só era alcançada por alguém que tivesse participado de pelo menos 2 reuniões anuais e, assim, durante muito tempo eu não era sócio efetivo.

Geosul: Em que época tu assumistes o Instituto de Geografia?

Profº Queiroz: Foi um período curto de menos de 1 ano. O Instituto estava numa situação complicada desde a reforma universitária de 1970, quando foi formalmente excluído da USP. A gestão **AZIZ**, iniciada antes, durou até sua aposentadoria, por voltas de 1980. Nesse período foram criadas Comissões para estudar sua situação, uma delas composta inclusive por docentes de outras unidades da USP. Porém, foi no interior da própria Geografia que faltava um apoio mais efetivo para reconhecer o Instituto como uma unidade autônoma. Após o **AZIZ**, assumiu o **PETRONE** e, finalmente, o **CARLOS AUGUSTO**. Foi com a aposentadoria deste que fiquei sabendo ser seu substituto legal; era uma situação curiosa, o de substituto no exercício da Diretoria de um Instituto que formalmente não existia. Não cheguei nem a ser o síndico ou liquidante de massa falida, simplesmente porque essa "massa" não existia. Antes de assumir o cargo eu estava com uma viagem programada para a Espanha, para atender um convite do **INSTITUTO DE EDAFOLOGIA Y BIOLOGIA VEGETAL** do **CSIC** para participar, como pesquisador visitante, de um projeto de pesquisas sobre as **RAÑAS**: deveria começar em outubro de 1987. Enquanto aguardava a época da viagem, procurava manter o Instituto e, a partir de julho/agosto, estava discutindo a proposta orçamentária para o ano seguinte, juntamente com uma proposta de reformulação construída com apoio de alguns poucos colegas. Não sabia que,

paralelamente e nos corredores e antessalas da Reitoria, o destino estava sendo resolvido. Assim, estando já com a autorização para viajar, tive o contratempo de não encontrar passagem de avião, adiando o embarque de uma semana: foi nessas condições que soube, por terceiros, que o Reitor já havia assinado a portaria encerrando as atividades do Instituto. Foi desagradável, porque a publicação da portaria deveria ser feita na minha ausência, mas não contavam com o adiamento da viagem. Em todo caso, o encerramento do Instituto ocorreu, na realidade, sem choro nem velas e somente uma colega, a **LYLIAN COLTRINARI** solidarizou-se publicamente não comigo, mas com o Diretor em exercício.

Geosul: Por aqui vamos concluir a entrevista, agradecendo muito pela tua disposição em ficar com a gente esta manhã do dia 20 de março de 1995, tendo participado da entrevista o Professor Scheibe, Professor Joel, Professora Neide Oliveira de Almeida e eu, Professora Maria Dolores Buss. Você quer falar mais alguma coisa?

Prof^o Queiroz: Não, só para lembrar que a gente vai ganhando experiência, vai ficando velho e são raras as oportunidades de olhar prá trás e repensar o caminho percorrido neste mundo. São cousas às vezes saborosas, que deixaram prazer, outras que não trouseram prazer mas que marcam também esse caminho. Minha estrada, como já falei na primeira fase, até ir para a França a primeira vez, foi maravilhosa; daí prá frente, foi muito linear, muito arrumadinha, com o homem rural voltando a ser urbano. O sonho da adolescência se desfez, hoje acho extremamente complicado viver na zona rural, o homem urbano acabou ganhando a parada (depois dessa observação, ri).